

**MULHER EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES
PSICOSSOCIAIS DE MULHERES/MÃES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA**

Fernanda de Souza Martins
Sara Angélica Teixeira

RESUMO

O Programa Bolsa Família é uma importante forma de complementação de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A procura pelo benefício na maioria das vezes é realizada por mulheres, reafirmando seu lugar de representante da família. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo descrever os conflitos psicossociais no âmbito familiar e do trabalho vividos pelas mulheres, mães, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Para tanto, investigou-se as relações familiares e as principais fontes de rendimentos das mulheres e seus familiares, utilizando os estudos de gênero e feminilidades para compreensão da identidade feminina. O procedimento técnico metodológico utilizado foi a Pesquisa-Ação. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, observação e Grupo Focal. Para análise dos dados utilizou-se Análise de Conteúdo. Os resultados possibilitaram identificar três problemáticas vivenciadas pelas mulheres: 01) Rendimento escolar e educação cotidiana dos filhos: dificuldades enfrentadas; 02) Dedicção e cuidado direcionados aos familiares doentes; 03) Mulher, trabalho e família: da divisão das funções aos conflitos psicossociais. Os resultados mostram as dificuldades vivenciadas pelas mulheres e modos que encontraram de superá-las. Além disso, a construção da sua identidade está cerceada pela dominação masculina. As participantes negligenciam suas necessidades individuais em prol da constituição familiar impedindo-as de buscar novos trabalhos, e, ao mesmo tempo, sentem dificuldades em agir no ideal de mães. Consequentemente, percebe-se uma forte limitação na sua autonomia, seja na maternidade, no trabalho ou no cuidado com a família e filhos.

Palavras-chaves: mulheres; Programa Bolsa Família; Pesquisa-Ação.

ABSTRACT

The Family Allowance Program, (Public Policies in Brazilian Social Assistance) is an important form of complementation of income for people in situation of social vulnerability. The ones that normally look for the assistance through the family allowance program are women, reaffirming their spot as representative of the family. In this way, this work had objective of describing the psychosocial conflicts in the family and the work lived by the women, mothers, benefited by the family allowance program. In order to do so, we investigated family relationships and the main sources of incomes for women and their families, using gender and femininity studies in the understanding of female identity. The technical methodological procedure used was action research. The data collection was performed though a semi-structured interview, observation and focus group. To analyze the data was used content analysis. The results allowed identifying three problems experienced by women: 01) Performance of children at school and daily education of children: difficulties encounter; 02) Dedication and care directed to family members affected by diseases; 03) Women, job and family: form the division of roles to psychosocial conflicts. The results show the difficulties experienced by the women and ways they find out of overcoming them. In addition, the construction of their identity are surrounded by male. The women that participate neglect their individuals needs in favor of the family constitution that stop themselves from seek new works, and, in the same time, feeling difficulties in acting in the ideal of mothers. Consequently, we realize a limiting for their autonomy, either in maternity, or work, or caring for the family and children.

Keywords : Women; Family Allowance Program; Action-research.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero nas Políticas Públicas em Assistência Social apontam para um lugar dicotômico ocupado por mulheres. Elas são consideradas ora determinantes nas dificuldades familiares, ora auxiliadoras no processo de propagação da inserção social familiar, principalmente quando são mães (MEYER *et al.*, 2014). Essas mulheres pertencem às classes sociais menos favorecidas e buscam os programas de Transferência de Renda – Política Social de Assistência Social que subsidiam famílias em situação de pobreza. A sua procura por esses programas é fundamental na concessão do benefício do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral descrever alguns dos conflitos psicossociais vivenciados por mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Os objetivos específicos giram em torno das experiências das mulheres nas relações familiares e as principais fontes de rendimentos das mulheres e familiares, campos profícuos para o estudos dos arranjos psicossociais, relações de opressão e subordinação. Como embasamento, a partir dos estudos de gênero e feminilidades, houve o estudo da construção social da identidade feminina, e como as mulheres deste estudo se apropriam dela. A realização da pesquisa foi solicitada pela coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Cachoeira da Prata/MG, órgão que a pesquisadora realizava estágio extracurricular da graduação de Psicologia, vinculado à Faculdade Ciências da Vida. A instituição objetivava levantar o perfil dessas mulheres para desenvolver atuações pontuais no âmbito familiar e social desse grupo. Assim sendo, houve uma confluência de interesses de pesquisa.

Ao aprofundar no estudo sobre essas mulheres, torna-se pertinente investigar o campo de gênero. Na formação dos saberes sobre gênero, Carson (1995), afirma que há uma influência dos campos simbólicos compartilhados socialmente nas estruturas das instituições sociais, como a família por exemplo. Esta influência se mostra bastante arraigada no campo da sexualidade e na sua regulação social. Deve-se destacar que a feminilidade é chamada a estar presente no contexto familiar, espaço no qual a mulher desenvolve comportamentos de desempenho e comprometimento nas suas funções perante a sociedade (ALTMANN, 2015).

Dentre tais funções está o cuidado com a criança delegado à mulher, que geralmente é associado ao “enigma” da ocupação desqualificada das mulheres no mercado de trabalho, em que diversas mulheres conciliam o trabalho informal com a criação dos filhos (PINTO *et al.*, 2011). As mulheres que assumem as atividades domésticas lidam ainda, com dificuldades

financeiras, sociais e culturais em seu cotidiano que influenciam a vulnerabilidade familiar diariamente.

Assim sendo, cabe perguntar para fins deste trabalho: quais as principais situações-problema vivenciadas pelas mulheres, mães, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de Cachoeira da Prata/MG? Parte-se do pressuposto de que as mulheres em condição de vulnerabilidade lidam cotidianamente com dificuldades financeiras, discriminação social e podem negligenciar sua autonomia em prol da constituição familiar. Também é possível que condição de vulnerabilidade na qual a mulher e sua família se encontram, possa influenciar negativamente suas relações familiares e sociais, o que resulta num ambiente familiar instável.

A relevância deste estudo reside no fato de que atualmente o PBF é um importante meio de complementação de renda de pessoas que vivenciam a vulnerabilidade social. A procura pelo benefício, na maioria das situações acontece pela mulher que, segundo o IPEA (2010), corresponde a 93,1% dos responsáveis familiares cadastrados. Sendo assim, percebe-se a necessidade de se compreender melhor a atuação da mulher no âmbito familiar e como se dá a construção da identidade feminina nesse contexto. Ao fomentar a compreensão das mulheres, mães, beneficiárias do Programa Bolsa Família, enfocou-se o estudo do gênero feminino no contexto familiar.

A construção metodológica possui base qualitativa e cunho descritivo. Foi utilizada como procedimento técnico a Pesquisa-Ação e para coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário semiestruturado, observação e o Grupo Focal. Os instrumentos de coleta possibilitaram que o pesquisador intermediasse junto das mulheres e do CRAS soluções para os conflitos levantados. A análise de dados foi realizada através da Análise de Conteúdo, que visa investigar através do conjunto das falas dos participantes pontos comuns para compreensão do objeto estudado (BARDIN, 2009; PUGLISI; FRANCO, 2003).

Com isso, através da entrevista e dos Grupos Focais, identificaram-se quatro problemáticas fundamentais: 1) Educação dos filhos: rendimento escolar e educação cotidiana; 02) Dedicção e cuidado direcionados aos familiares doentes; 03) Mulher, trabalho e família: da divisão das funções aos conflitos psicossociais. Estudando profundamente os conteúdos presentes em seus discursos, compreende-se como as mulheres do estudo vêm construindo para si uma identidade feminina. Percebe-se também o quanto estas mulheres estão cerceadas pela dominação masculina, que exerce uma função limitante da sua autonomia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Percorrendo a história pela conceituação de gênero, as discussões filosóficas e científicas buscavam, sobretudo, desconstruir a ideia de uma sexualidade e um sexo original ou intrínseco à natureza humana regulado pela biologia (FOUCAULT, 1988). Um dos motivos para o surgimento da conceituação de gênero foi a necessidade de distanciamento da biologia que estava contida apenas na disposição do sexo biológico e da diferença sexual (PELEGRINI, 2012). Segundo Carson (1995), os campos simbólicos e religiosos oferecem influência estrutural nas instituições sociais.

Relacionando às questões de gênero e à mulher, estudos esclarecem que, em relação ao corpo e psique masculinos, o fato da mulher ser considerada “frágil” (características identificadas e justificadas nos ciclos hormonais, nos seus corpos “frágeis”, na maternidade, entre outras), tem historicamente justificado a subordinação feminina (LOURO, 2000). Com suas características inferiorizadas socialmente, através da opressão e da violência, as mulheres foram historicamente submetidas aos homens em diversos âmbitos sociais. Exemplo disso é ter sido considerada “insaciável” sexualmente nos princípios da medicina e da educação jesuíta no Brasil (DEL PRIORE, 2001), fato que contribuiu para que a mulher fosse considerada objeto sexual para homens. Segundo Shimoda (2013), homens e mulheres não são orientados pela diferença de sexo biológico apenas, e sim pela construção e manutenção da discrepância nas posições sociais de ambos no decorrer da história.

Sendo assim, é necessária a compreensão das influências no cotidiano que se tem a partir desses regulamentos sociais mantidos na cultura. Discutir gênero permite elucidar a transição epistemológica de uma visão que priorizava o estado natural dos corpos para outra visão sobre o estado social, que privilegia as relações sociais. Essa transição tem sido largamente discutida nas ciências naturais e nas ciências sociais sobre a gênese das conotações do sexo (CARSON, 1995). Esta discussão teórica sobre o puramente biológico e o cultural é importante neste trabalho, pois embasa a compreensão das mulheres em situação de vulnerabilidade, uma vez que a maternidade se insere neste âmbito e se relaciona com conceitos sociais sobre a construção da identidade feminina.

Abordar-se-á o termo vulnerabilidade partindo da ausência de bem-estar em diferentes formas e intensidade englobando pessoas, famílias, comunidades e também o resultado da exposição a determinados riscos sociais (SEADE, 2006). Sobre os riscos, Meyer *et al.* (2014) apontam que a exposição às oscilações financeiras, sociais e culturais é gerada pela diferença

social que se configuram pela desigualdade na distribuição de recursos e meios. Nessa perspectiva, a pobreza é o fator que mais atinge as famílias culminando na sua situação de vulnerabilidade fazendo com que, muitas vezes, vivam em situações subumanas (PINTO *et al.*, 2011). Gerada pela falta de recursos, essa exposição à vulnerabilidade tem levado as famílias ao sofrimento, a situações altamente estressantes e também a conflitos relacionais que conturbam ainda mais o contexto familiar (NUNES *et al.*, 2013).

Partindo dessa breve conceituação, a vulnerabilidade das famílias se relaciona principalmente com a questão financeira, com aspectos psicossociais, educacionais e culturais (PINTO *et al.*, 2011). A família atingida pela vulnerabilidade financeira pode vir a ter o auxílio do PBF, sendo que a mulher é quem tem maior registro em ser a representante do grupo familiar no cadastro do Cadastro Único (CadÚnico) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (IPEA, 2010). Os programas de transferência de renda são comumente alvos de críticas por terem caráter temporário para as famílias, enfocarem no combate à desigualdade do sistema capitalista e também pelas emissões de benefícios serem direcionadas às mulheres. Porém, nos estudos realizados sobre a temática, as mulheres investem no seu grupo familiar (ITABORAI, 2015).

O PBF é uma Política Pública da Assistência Social de transferência de renda, que é direcionado para famílias cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal entre R\$77,00 (famílias extremamente pobres) e R\$77,01 a R\$154,00 (famílias pobres). O objetivo primário do programa é a superação da pobreza, e secundariamente é fazer com que as famílias beneficiadas assumam compromissos com a educação e a saúde. Desta forma, terão acesso a serviços públicos que retratam os seus direitos básicos nas áreas citadas acima, e também na assistência social (MDS, 2015).

O PBF não tem o intuito de se tornar a resolução para todos os problemas sociais, já que vem sendo apontando também por fomentar discussões acerca do papel das mulheres em seu contexto familiar e incentivando a inserção dessas em oportunidades de empregos. Há, com isso, um debate de duas vertentes “uma que critica o reforço dos papéis maternos pelo programa e outra que realça os benefícios da titularidade feminina para o empoderamento das mulheres” (ITABORAI, 2015, p.6). Compreendendo que a questão de gênero no programa referido é somente uma das questões de sua amplitude, essa discussão de gênero no PBF, tem como intuito investigar os conflitos psicossociais que as mulheres mães de fato enfrentam em seu contexto familiar, e com quais dramas psicossociais elas vêm lidando no seu cotidiano. Nesse sentido, as feminilidades e sua articulação no contexto familiar são um ponto relevante na compreensão das mulheres do presente trabalho.

As investigações sobre feminilidades se iniciaram a partir dos estudos de gênero que as consideravam um importante dispositivo social (VILLELA, 2013). Dispositivos sociais são tidos como instrumentos utilizados num conjunto de forças sociais que influenciam diretamente nos moldes com os quais as sociedades vivem. As feminilidades, nesse sentido, estão interligadas a instrumentos de imposições e determinismos sociais. Shimoda (2013) argumenta que existem diferentes classes sociais e em cada uma delas são ensinadas técnicas e hábitos corporais diversos para homens e mulheres. As feminilidades seriam então, conjunto de modos aprendidos de ser mulher passados através de gerações, por meios de comunicação, da família e de diversas instituições sociais e, são, assim, experienciadas no cotidiano das mulheres.

A identidade feminina se apresenta nos meios sociais, orientando ações e colaborando para a própria aceção do gênero feminino (CARSON, 1995). Nessa perspectiva, o significado de “ser mulher”, está imerso em dimensões sociais e culturais dando contorno à identidade feminina. As mulheres, tidas como procriadoras e cuidadoras foram direcionadas a doar e anular sua identidade individual em detrimento dos cuidados familiares (ALTMANN, 2015).

Segundo Villela (2013), para a mulher, a feminilidade é um dado, um modo como ela se porta diante do mundo e como ela é identificada pelo outro. Isso implica considerar que se pretende estudar as diferenças e dominações que ocorrem sobre as mulheres do estudo proposto, na perspectiva da feminilidade como instrumento social e cultural. É importante salientar que algumas das mulheres deste estudo são mães, fator marcante na constituição histórica da identidade feminina. No entanto, o contexto familiar é um dos espaços no qual a feminilidade é predominante, pois tem-se historicamente que o espaço privado é o típico espaço feminino, no qual a mulher deve estar e se ocupar (BOURDIEU, 2005). Isso faz parte de uma estrutura de comportamentos cobrados socialmente em que a mulher tem que desempenhar determinadas tarefas, as quais estão relacionadas com “ser mulher”.

No espaço privado se encontram políticas de poder social, consideradas naturais e por isso, pouco discutidas no âmbito público. Nessas políticas se encontra o conceito de família e de mulher, nos quais se evidenciam a vulnerabilidade e opressão feminina. Assim, a mulher é geralmente a que mais vivencia e presencia as dificuldades familiares, pois se submete à dedicação intensa e desempenha funções “próprias” da mulher (ALTMANN, 2015). Dentre estas, está inclusa a garantia de um ambiente familiar favorável. Exemplo disso são as mulheres que buscam o auxílio da transferência de renda para suas famílias, as quais geralmente se dedicam somente ao cuidado dos filhos e com o lar. Segundo Carson (1995),

elas padecem dessa adequação e também sofrem por esse fato, de serem mães e não trabalharem fora de casa; ou de serem mães solteiras e trabalharem como diaristas ou domésticas sem salário fixo mensal.

Parte desse processo de cuidar e criar um vínculo afetivo com o filho é atribuído à maternagem (GRADVOH; OSIS; MAKUCH, 2014), a qual pode se estender aos familiares e à vida social em geral, já que a função de cuidar é tida como parte da identidade feminina. Ou seja, a mulher deve cuidar independente de ser mãe ou não. Este argumento se sustenta e é justificado, histórica e socialmente, pelo fato da mulher ter um corpo que pode gerar e dar a luz, além de outras justificativas sociais baseadas na fragilidade feminina.

Assim, não só a maternidade, mas a sua concretização: a maternagem está intrinsicamente ligada à mulher e corresponde fortemente a “ser mulher” e à construção da identidade feminina. Nesse sentido, o termo maternidade possui significado diferente da maternagem. O primeiro remete-se à reprodução, a qual pode também ser assistida (fecundação *in vitro*, gestação de substituição). O segundo é o exercício da maternagem que se remete à prática do cuidado à criança no puerpério e é exercido pela mulher no decorrer da sua vida. Nesse sentido, há uma cobrança social à mulher de que ela exerça esse comportamento do cuidado, já que é ensinado a ela desde a socialização infantil através de práticas como as brincadeiras infantis: brincar de casinha, de boneca que se assemelha com os cuidados com o recém-nascido (RIBEIRO, FRANÇA, 2014). Dessa forma, o termo maternagem compreende o cuidado da mãe com seu filho e familiares. Neste trabalho, há ainda o agravante da vulnerabilidade como contexto.

Dessa forma, a maior parte das mulheres se compromete também com o custeio da casa, não ficando essa tarefa apenas a cargo do homem. Enquanto isso, homens também vêm auxiliando no cuidado com os filhos e algumas vezes com a casa, entretanto a sua atuação ainda é “optativa” e não tem o mesmo peso que o acúmulo de funções exercidas pelas mulheres, quando também trabalham fora (GRADVOH; OSIS; MAKUCH, 2014). Assim, mesmo com a função social de ser “arrimo de família” tendo passado a abranger a mulher, ainda recai sobre ela a função da maternagem.

Há, com isso, algumas implicações teóricas e sociais. Uma é que a mulher tem alcançado sua “alforria” ao sair da dependência financeira masculina, o que é mais verdadeiro para mulheres de classe média. Pois, mulheres de classe baixa, tem trabalhado fora de casa há mais tempo na história do país. As mulheres negras que vivem na pobreza, possuem subempregos e baixos salários, ainda mais baixos do que os homens na situação e pobreza. Uma outra implicação é que as mulheres estão acumulando funções que antes não fazia parte

de seu repertório de funções sociais, como já foi dito anteriormente. A autonomia para mulheres de classe baixa, neste sentido, está mais longe de ser alcançada do que por mulheres de classe média. Notoriamente, pode-se perceber no percurso histórico da mulher de classe média e alta a construção de sua autonomia que segundo Venturi, Recamán (2004) foi iniciada com sua entrada no mercado de trabalho, possibilitando no mínimo sua autonomia financeira.

Com isto, Schefler (2013) flexiona que os debates e programas de gêneros devem partir do entendimento de gênero como um organizador das construções através da subjetividade, identidades e diversidades, e que não somente privilegia a divisão sexual do trabalho e os desenvolvimentos de papéis sociais, mas a divisão igualitária de direitos e responsabilidades. Compreende-se que a construção pela autonomia e empoderamento da mulher, parte inicialmente da equidade entre gêneros, para que a mulher ascenda em sua perspectiva familiar e social. A autonomia, neste sentido, representa para mulheres de classe baixa a independência financeira, psicológica e social de circular em diversos ambientes que socialmente lhes foram proibidos.

Carson (1995) argumenta que, em relação aos pontos considerados importantes na vida feminina, algumas mulheres deixam de ser mães e esposas para terem ascensão profissional, e outras já optam por uma posição incerta profissional para que possam se dedicar à maternagem e ao casamento. As mulheres que assumem as atividades domésticas e familiares, como já mencionado, lidam ainda, com as dificuldades financeiras, sociais e culturais de viver a vulnerabilidade em seu cotidiano. A partir do estudo da condição feminina e da família que constituiu, é que se torna possível obter importantes direções para compreender a existência e os modos de vida e dos sujeitos na sociedade capitalista (PINTO *et al.*, 2011). Por último é importante salientar que as mulheres de classe baixa estão numa confluência de fatores que impedem que possuam a, tão almejada pela classe média, ascensão profissional. Entende-se como fatores principais: de violência nos mais diversos níveis e contextos, abandono político e de investimento em educação, abandono de políticas de assistência efetivas, abandono de políticas de saúde coletiva efetivos, entre outros.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa realizada a pedido da coordenação do CRAS de Cachoeira da Prata/MG, órgão em que a pesquisadora realizava estágio extracurricular da graduação de Psicologia, vinculado à Faculdade Ciências da Vida. A coordenação solicitou para que se realizasse uma pesquisa para levantar as questões problemas das beneficiárias do PBF, que estão enquadradas em situação de vulnerabilidade social, e investigasse o desenvolvimento escolar e aprendizagem das crianças e adolescentes pertencentes ao grupo familiar. O objetivo da instituição era desenvolver um plano de ação para melhor atender estas famílias. Porém, neste trabalho, houve o intuito de levar as mulheres a refletir sobre os papéis que estavam assumindo perante a família, no sentido de conscientização e transformação da realidade.

Atualmente são 165 famílias beneficiadas com o referido programa no município. A pesquisa realizada neste projeto é classificada como pesquisa descritiva que, segundo Gil (2002), busca apanhar ideias, modos e confiança de um público, o que auxiliará na compreensão das influências na autonomia das mulheres do PBF e a qualidade da sua relação familiar. Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, pois o “ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.128).

O projeto de pesquisa teve como procedimento técnico a Pesquisa-Ação que, segundo Thiollent (2000), é uma vertente metodológica e técnica que vai proporcionar uma estrutura de pesquisa social aplicada, na qual a presença do pesquisador irá possibilitar ao nível da observação, coleta e formulação de dados, experimentação e intervenção. A coleta de dados ocorreu através de Grupo Focal, observação participante e entrevistas que foram realizadas pelas visitas às famílias que pertencem ao PBF.

A realização da visita domiciliar teve como objetivo buscar *in loco* informações sobre a vida familiar das beneficiárias, sendo esta uma etapa inicial da pesquisa. As 31 participantes desta etapa corresponderam a 18% do total de famílias beneficiadas pelo Programa. A seleção das participantes teve como critério aquelas que detêm menor rendimento *per capita*. A coleta de dados foi iniciada após aprovação da coordenação do CRAS de Cachoeira da Prata/MG e também das próprias participantes do estudo que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice a).

Foram aplicadas, durante as visitas, entrevistas semiestruturadas (Apêndice b) que segundo Boni e Quaresma (2005) possibilitam colher informações sobre o tema de interesse semelhante à conversa informal, sendo eficaz na abordagem dos temas a serem trabalhados e desenvolvidos. A entrevista semiestruturada foi composta por cinco questões, quais sejam: 1) Quantas pessoas residem com você? Quantos adultos e quantas crianças?; 2) (Se houver

crianças no período escolar) Como as crianças estão se desenvolvendo na escola? Média das notas e comportamento escolar.; 3) Há alguém com problemas de saúde? Qual?; 4) No momento, qual é a maior dificuldade/ problema da família que te aflige? Como a família tem tentado solucioná-lo?; 5) Sugira um tema que acredita ser interessante para desenvolvermos no grupo focal. As respostas obtidas estão relacionadas respectivamente: à composição familiar; ao desenvolvimento das crianças do grupo familiar na escola; aos problemas de saúde da família; as aflições que a entrevistada estaria vivenciando no momento. Esta última, foi a pedido de uma sugestão de tema para ser trabalhado no Grupo Focal.

Realizou-se o Grupo Focal que procurou investigar e explorar intuições, credos, costumes sobre os temas propostos, fenômenos, objetos sociais ou meios de convivência (TRAD, 2009). Observou-se, com isso, a situação de vulnerabilidade na qual as mulheres se enquadram e se havia influência na sua própria autonomia e na qualidade das relações familiares, e também a interação ou não das participantes sobre as temáticas, levando à compreensão dos temas relevantes para as mesmas. Nesse contexto, houve momentos de intervenção da pesquisadora e dos mediadores que buscaram criar um momento de reflexão sobre suas vivências e facilitar a criação de soluções para os problemas comuns expostos durante a realização do Grupo Focal.

A análise de dados ocorreu por meio da Análise de Conteúdo, que, segundo Puglisi e Franco (2003) consiste no estabelecimento de compreensão criteriosa e competente da linguagem. Dessa forma, segundo Bardin (2009) a análise de conteúdo torna-se uma análise das comunicações que se estabelece por métodos e normas objetivando descrever o conteúdo das mensagens. Foi operacionalizada com as seguintes fases: 1) transcrição das entrevistas e das observações e anotações dos grupos focais; 2) leitura exaustiva das mesmas; 3) identificação de unidades de significado; 4) construção de categorias temáticas comuns aos entrevistados; 5) interpretação e construção dos resultados (MINAYO, 2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se inicialmente a coleta de dados primária com a entrevista das 31 mães beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Observou-se que as mulheres em sua maioria era de raça parda e negra, com idade entre 26 e 66 anos, em sua maioria de faixa etária entre 26 a 47 anos. 70% (N=21) das mulheres são “amasiadas”, e constata-se que há uma média de

quatro pessoas por família. Das 134 pessoas pertencentes ao grupo familiar 29% correspondem a crianças (N=39), 22% adolescentes (N=29) e 48% são adultos (N=66). Essas famílias têm filhos de 02 a 12 anos que necessitam de cuidados constantes. Vale ressaltar que 32% das mulheres, e familiares adquiridos após união com companheiros, residem com a família de origem.

Em cada uma das visitas aplicou-se a entrevista semiestruturada que evidenciou alguns dados sociais importantes sobre a família. As entrevistas tiveram duração em média de 30 minutos. Os principais temas levantados a partir das aflições e questões problemas das mulheres a serem trabalhados no Grupo Focal foram: “desemprego”, “saúde da família”, “os efeitos que as drogas causam” e “a maternidade na atualidade”. Realizando o Grupo Focal é possível estabelecer segundo Busanello *et al.* (2013) a troca entre conhecimentos acadêmicos advindos dos pesquisadores e de conhecimentos vivenciados pelo grupo estudado sobre o objeto de estudo.

Assim, a primeira realização do Grupo Focal abordou o tema “Mãe e a atualidade em que vivemos”. No segundo encontro o tema foi “Novos aprendizados sobre álcool e outras drogas no contexto familiar”, tendo como mediadores o psicólogo C. A. e o W. A. M. que trabalham na Superintendência Municipal de Álcool e Drogas – SUMAD - de Sete Lagoas. No terceiro encontro o tema foi “Qualidade de vida e saúde na família”, tendo como mediadores a Dra. A. C. (médica da Estratégia de Saúde Familiar- ESF - de Cachoeira da Prata) e a psicóloga A. R. (psicóloga do Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF - de Cachoeira da Prata). No quarto encontro o tema foi “Mercado de Trabalho: sendo criativo em tempos de crise” com o mediador B. B. consultor de Recursos Humanos em Sete Lagoas. Os dados coletados nesta etapa passaram pela análise categorial que segundo Puglisi e Franco (2003) é um momento em que são diferenciados por temas e depois são reagrupados ou reordenados, baseando-se em semelhanças temáticas criteriosas.

É importante ressaltar que no Grupo Focal sobre “Novos aprendizados sobre álcool e outras drogas no contexto familiar”, com intuito de manter anonimato, ou não expor as participantes foi oferecido caneta e papel para que elas fizessem perguntas, enquanto uma caixa lacrada passava durante a exposição do tema para que elas depositassem suas dúvidas ou/e perguntas, porém não houve manifestações. Segundo Medeiros *et al.* (2013) o uso de drogas afeta diretamente o usuário e também sua família, as quais em diversos casos, sofrem por ter uma intensa ligação e serem tidas socialmente como corresponsáveis pelo envolvimento com drogas lícitas ou ilícitas de seus entes, estando a família vinculada no desenvolvimento doentio ou sadio de seus membros. Compreende-se com isso, que as

mulheres pesquisadas, não quiserem expor em público suas problemáticas sobre o uso e/ou abuso das drogas por poderem ser alvo de julgamentos sociais ou discriminação. Desse modo, o item sobre álcool e outras drogas não foi explorado neste estudo.

Com base nos relatos das entrevistas semiestruturadas e das falas observadas nos grupos focais, foi realizada a transcrição das entrevistas e das observações e anotações dos grupos focais, após realizou-se leitura exaustiva da mesma, e identificou-se unidades de significado originando categorias que foram organizadas de acordo com um agrupamento de temas. Este agrupamento gerou os seguintes temas: 1) Rendimento escolar e educação cotidiana dos filhos: dificuldades enfrentadas; 02) Dedicção e cuidado direcionados aos familiares doentes; 03) Mulher, trabalho e família: da divisão das funções aos conflitos psicossociais. Consta-se em anexo (A), um quadro complementar à Análise de Conteúdo. Que foram analisados de forma interpretativa para a formulação dos resultados

4.1 RENDIMENTO ESCOLAR E EDUCAÇÃO COTIDIANA DOS FILHOS: DIFICULDADES ENFRENTADAS

Quando a mulher é incluída no CadÚnico, ela se torna a responsável familiar e por seguir as condicionalidades para o recebimento do benefício do PBF, representando simbolicamente todo o conjunto familiar. Segundo Mariano e Carloto (2009) sobre esta representação do grupo familiar, entende-se que a figura feminina está vinculada à maternidade e cuidados aos menores de idade pertencentes à família, esta figura feminina pode ser uma avó, ou tia. Pode-se concluir que na constituição do PBF há vinculação aos papéis de gênero. No presente estudo, as dificuldades das mães em exercer sua maternagem perpassa uma condição desigual direcionada ao gênero e também a atribuições de papéis sociais, no caso um acúmulo de funções.

Sobre o contexto familiar as mulheres relataram experiências no processo educacional de seus filhos, conforme a fala a seguir:

Meu marido também não coopera com a educação dos filhos, e também não sabe conversar com eles. (S.M.C.F., 35)

Bem. O de dezenove anos não concluiu o Ensino Médio, o de 17 anos está cursando o 3º ano do Ensino Médio, mas ele falta muito. E o mais novo está em acompanhamento psicológico, porque tem visto e vivido coisas ruins em casa. (M.E.S., 38)

Deve-se ressaltar na primeira fala a responsabilização direcionada à mulher da educação e cuidado, ocasiona seu submetimento ao compromisso de criação dos filhos. Segundo Bourdieu (2005), a divisão de tarefas e trabalhos entre homens e mulheres é construída por princípios da base simbólica e tende a neutralizar a dominação masculina, porém é nessa divisão sexual do trabalho que as atividades atribuídas a cada sexo são direcionadas. A mulher é tida como a responsável pelo lar e também pela criação dos filhos, enquanto os homens são responsáveis pela atividade laboral e atividades relacionadas ao “mundo da rua”. Nota-se no segundo relato que situações conflituosas entre os pais, podem influenciar nas dificuldades de aprendizado dos filhos.

O comportamento e rendimento escolar das crianças podem ser influenciados por variáveis diversas como contexto familiar, cognição prejudicada, relação negativa com o professor, entre outros (SANTOS; MARTURANO, 1999). Aparecem nos relatos o contexto familiar infantil e como as mães e os pais participam do processo de desenvolvimento escolar infantil. No Grupo Focal numa das discussões sobre o tema “Mãe e a atualidade em que vivemos”, foi pontuado pela participante a negligência do marido quanto à educação dos filhos:

Às vezes as crianças vê a gente brigando, e eles ficam chateados. Ele nem liga pros meninos, nem sabe o que acontece com eles. Algumas vezes eu acho que isso faz os meninos ficar revoltado. A.G.P. (41)

Percebe-se que estes conflitos familiares se repetem nas famílias, pois há um contexto compartilhado culturalmente. Esses conflitos familiares geram e reproduzem nos filhos um sentimento de revolta, e na mulher percebe-se um discurso de culpa e indignação por fazer os filhos vivenciarem situações negativas, refletidos em comportamentos aversivos. Em uma pesquisa realizada por Santos e Marturano (1999) verificou-se a adaptação de ex-clientes de uma clínica-escola que tinham como demanda dificuldades de aprendizado. Os autores concluíram que as articulações existentes entre criança e sua família comprometem seu nível de ajustamento psicossocial, em que as crianças que vivem em situações de vulnerabilidade apresentaram escores mais elevados em fatores como impaciência, medo ou receio de novas situações, mentira e insegurança. As condições ambientais são adversas e as situações socioeconômicas e culturais não possibilitam a existência de atividades pedagógicas recreativas e de lazer à criança. Outro estudo realizado por Ferreira e Marturano (2002) ressalta que estes fatores podem afetar diretamente à aprendizagem e ocasionar também a revolta entre as crianças.

No grupo focal algumas participantes manifestaram sobre suas dificuldades na maternidade em relação aos seus filhos e a ser mãe:

Tenho dificuldade em lidar com a adolescência dos filhos e sendo pai e mãe ainda é mais complexo. E por não ter tido incentivo em estudar, não acredito que o estudo seja tão importante assim (M.E.S., 38)

Queria ser uma pessoa melhor para ser uma melhor mãe. (N.C.G.P., 26)

A dificuldade advinda do primeiro relato refere-se ao fato de ser “mãe e pai” assumindo uma dupla função dita como a maternidade e paternidade dos filhos. Pressupõe-se que além da maternagem ela se esforça por exercer as funções consideradas masculinas, do pai, de trabalho, e auxílio na educação cotidiana. É perceptível também que há uma repetição da educação recebida pelas gerações anteriores sobre o educar dos filhos. A mulher se responsabiliza por cumprir a maternagem refletindo sobre suas próprias condutas, o que fica claro no segundo relato, em que a participante gostaria de atender a imposição do padrão social de “ser uma boa mãe”.

Segundo Silva (2015) a mulher começa a ter dificuldade em criar os filhos na medida em que é cobrada a ter que se comportar de determinadas maneiras para terem o status de “boa mãe” ao exercerem a maternagem. Isso acaba se estendendo para outros âmbitos de sua vida. Foi constatado pela mesma autora, em sua pesquisa realizada com mulheres da camada popular, que no puerpério as mulheres tiveram auxílio de seus maridos, mas no cotidiano familiar eles não participavam de nenhuma outra etapa da criação dos filhos. Percebe-se, neste estudo, a deficiente atuação dos homens na participação, na educação e criação de seus filhos. Assim, a mulher continua tendo para si a experiência sacralizada e naturalizada da maternidade.

Durante os grupos focais notou-se outro fator importante que envolve a educação infantil: não somente as mães são responsabilizadas pela criação dos filhos, como pela sua vida escolar. Entretanto, as mães não tiveram grande incentivo ao estudo, e não possuem a escola como ponto fundamental na educação dos filhos. Segundo Scorsoline-Comin e Santos (2016), há uma transmissão geracional na forma de educar e ensinar os valores e crenças familiares, por isso é preciso compreender as atualizações e continuidades do que é aprendido. Nota-se que há uma interligação e repetição entre a forma de educar que passa de mãe para filhos, da família de origem para a família atual.

As participantes relataram, de modo geral, a complexidade que a maternidade pode ser na vida da mulher. Porém, é desde a infância das mulheres que aprendem que a maternidade é

um fato natural e importante em sua vida. Além disso, tem-se socialmente que a maternidade está traçada no destino de todas as mulheres, restando poucas escolhas aceitas socialmente que não este “caminho”. Ser mãe, no imaginário social, não tem influências sociais como a etnia, posição social ou credo, configurando, assim, uma categoria social amorfa e homogênea (SILVA, 2015). As mulheres são ensinadas que ser mãe é algo apropriado a “ser mulher”, tornando-as corresponsáveis também pela criação e desenvolvimento dos filhos, como ocorre com as participantes da pesquisa.

4.2 DEDICAÇÃO E CUIDADO DIRECIONADOS AOS FAMILIARES DOENTES

Percebe-se que no grupo estudado o cuidado à família ainda é algo da responsabilidade feminina. A seguinte fala de uma participante refere à resposta feita na entrevista sobre quais as doenças existentes na família:

Eu possuo problema de pressão e sou muito nervosa, por causa do comportamento do meu filho que é hiperativo e toma medicamentos de uso contínuo no valor de R\$60,00 é dois comprimidos por dia. (C.P.S., 37)

A mãe se considera adoecida pelo cuidado despendido ao filho, o que parece ser bastante desgastante para ela. Segundo Rocha-Coutinho (1994), a mãe passa a ser organizadora da realidade cotidiana da família, a fim de gerar e manter seu funcionamento, sendo a fundamental encarregada de zelar pelo bem-estar da criança e do marido. Caso esse funcionamento não ocorra, socialmente a responsabilidade é da mulher. Por isso, há uma cobrança social e pessoal para que o cotidiano da família se mantenha organizado e funcional. Isso abrange desde tarefas mais práticas como a educação das crianças ou a limpeza da casa, até a parte mais subjetiva familiar, por exemplo, a manutenção da relação amorosa com o companheiro.

Sendo assim, a mulher é considerada a responsável também pelo fracasso de não cuidar ou zelar pela família. Em um estudo realizado por Cardoso (2009), é observado que para mulheres que vivem em favelas a vida poderia ser melhor sem os filhos, mas não concordam que uma família pode ser constituída sem os mesmos. As mulheres do estudo citado consideram que a maternidade seja uma concretização do conceito de família. A família e constituir família, para as mulheres, conferem respeito e legitimidade social.

No Grupo Focal sobre a Temática “Qualidade de vida e saúde na família”, foram levantadas as seguintes questões pelas participantes:

Esqueço cuidar mim pra cuidar dos meus filhos e do meu marido, sei que preciso cuidar de mim, mas nunca tem tempo pra mim. (F.R.R., 45)

Estou cansada de ter que cuidar de todos e não ter como cuidar de mim mesma. (C.P.S., 37)

Percebe-se através dos relatos que a maternidade para estas mulheres é algo ligado a expectativas sociais que não coincidem com o que necessitam para sua realização pessoal. O cuidado com o outro é, para elas, sobreposto ao cuidado pessoal. Isso demonstra que suas particularidades estão apagadas em meio a ser mãe. Percebe-se, com isso, que a construção do lugar social de ser mãe e a manutenção da sacralidade da mãe são realizadas com desgastante sacrifício pessoal (ROCHA-COUTINHO, 1994). Historicamente nas décadas 20 e 30 a maternidade se tornou o centro da identidade feminina e da unidade familiar observada ainda na contemporaneidade. Nesse momento histórico, a maternidade é institucionalizada no Brasil como alvo do saber médico, filosófico e religioso, construindo assim, uma imagem de como seria uma “boa mãe”. Pontua-se, a partir disso, que a mãe deve ter aos filhos um amor incondicional, um cuidado expressivo, e a exclusividade de sua dedicação, reafirmando-se assim, a moralização dos cuidados maternos (SOUZA, 2015).

4.3 MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: DA DIVISÃO DOS PAPÉIS AOS CONFLITOS PSICOSSOCIAIS

Para compreensão da mulher e pobreza é preciso levar em consideração seu espaço social e familiar (LELIS *et al.*, 2014). O relato a seguir revela que a mulher é submetida aos cuidados do lar e dos filhos e é influenciada pela situação social e pela dominação masculina:

O maior problema enfrentado pela família é o desemprego, estamos atrás de emprego. Eu nunca trabalhei porque meu marido acha que lugar de mulher é em casa. M.G.F.C. (35)

O problema é o desemprego, faço unha e faxina para tentar solucionar o problema. Mas me sinto exausta porque além de arrumar a casa dos outros, chego em casa tem casa pra arrumar e menino pra cuidar I.S. (26)

Na primeira afirmativa pode-se pensar sobre a subordinação vivenciada pelas mulheres e a significação do trabalho em sua vida. Neste relato, percebe-se que a mulher considera e segue o que lhe é imposto, deixando de manifestar outras ambições na construção de uma profissão ou trabalho fora de casa. Cabe refletir sobre as relações de gênero que,

segundo Santana (2010), percorrem todos os domínios da vida, privadas ou públicas e estão envolvidas em relações de poder, construídas cultural e historicamente. A subordinação feminina no ambiente privado também diz respeito à condição feminina, em que prevalece a manutenção do poder do sexo masculino sobre as mulheres.

No segundo relato, trata-se das divisões desiguais do trabalho entre os gêneros. As mulheres inseridas no mercado de trabalho (esfera pública) também têm o encargo de cuidar dos filhos, da casa, e do marido (esfera privada), divisão influenciada pela construção social e histórica (SANTANA, 2010). No entanto, os problemas que mulheres enfrentam na inserção no mercado de trabalho após ter filhos são ainda mais agudos, pois a responsabilidade do cuidar recai sobre a mãe. Segundo Lelis *et al.* (2014), inseridas no mercado de trabalho e também presentes em outros ambientes públicos, as mulheres podem modificar suas relações familiares e de gênero. Sua participação no financiamento da família, por exemplo, abre possibilidade de cobrarem a participação do homem na criação dos filhos, já que a normativa patriarcal da divisão sexual do trabalho foi quebrada. Isso pode ocasionar transformações nos vínculos entre mulheres, homens e crianças, mas não significa a ruptura com o patriarcado.

Nos relatos das participantes foi possível reconhecer que elas apresentam críticas ao “ter que estar sempre disponível” e submetida à família e ao cônjuge:

Eu tenho me sentido às vezes cansada de sempre ter que estar disposta pra família. O marido reclama de tudo e eu tenho que aceitar tudo muito calada. Não tem como resolver. (E.S.N.D., 40)

Meu marido não me deixa sair pra fazer nada e isso me incomoda, a gente conversa pra tentar se entender, mas é só eu que o entendo e acabo por me deixar levar por ele. (R.A.S., 26)

Pode-se compreender que estas mulheres vivem uma constante opressão e subordinação pelos companheiros. Existe uma desigualdade bastante clara e também o reconhecimento que ela existe, restando-lhes pouca ou nenhuma alternativa de lutar contra isso, pois há um silenciamento da opressão. Percebe-se que sua identidade está pautada nessas relações e se entrelaça nas contradições e conflitos descritos.

Carson (1995) fez sua análise através de três vetores conceituais sobre a estruturação e renovação da identidade de gênero feminina, que diz do “pertencer a algo” que é a noção de incluir-se a um grupo; a “desigualdade” é entendida como arranjo social; e a “diversidade” que reproduz padrões que não seguidos por um grande conflito. Nesse sentido, essas mulheres reconhecem a pertença a um grupo social de mulheres e mães, reconhecem também a opressão que vivenciam por isso, e tem consciência da condição de submissas. Entretanto, não

puderam e não houve meios de apoio para que criassem autonomia, se desvencilhando e superando as barreiras.

Buscou-se neste estudo, compreender as formas de trabalho existentes nessas famílias, e também as principais fontes de rendimentos das mulheres na trama familiar. Discutir a divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, remete pensar na divisão sexual do trabalho, que levou as mulheres a assumirem posições desiguais em termo de poder, conceito e a obtenção de bens (SANTANA, 2010). Nesse sentido, conforme já mencionado, percebe-se que as mulheres vivenciam a dominação masculina que sobrepõem às suas aspirações pessoais. O trabalho exercido pela maioria das mulheres do estudo é o cuidado com a família e com lar. Este trabalho é visto por elas como exaustivo e desvalorizado, acarretando a estas mulheres insatisfação no modo como vivem.

4.4 AÇÃO REALIZADA

Compreendendo as intervenções assistenciais psicológicas pautadas na visão crítico-transformadora, Bevilaqua (2008) diz que são construídas a partir do olhar crítico sobre o sujeito em seu contexto social, são determinadas por ações que desenvolvam o saber-fazer para a comunidade, e que desenvolvam originalidade em se viver a cidadania. Parte-se, então, das necessidades apontadas pelo próprio grupo que percebe sua real necessidade para transformação da questão problema.

Na perspectiva crítico-transformadora, o trabalho do psicólogo social compreende da dimensão psicológica e seus fenômenos, para que assim possa alcançar a realidade na qual o fenômeno psicológico se desenvolve (BEVILAQUA, 2008). Neste estudo, foi possível perceber que a falta de oportunidade juntamente com a submissão que as mulheres vivenciam, contribuem para que sua autonomia fique prejudicada. No entanto, ações para que essas mulheres saiam dessa situação devem partir de sua vontade e querer. Na realização dos grupos focais, foi possível levar as participantes à reflexão sobre tal submissão e falta de autonomia, pode-se perceber também que essas mulheres gostariam de aprender novas profissões e afazeres.

Nesse sentido, após a realização dos encontros, foi realizado, com mediação da pesquisadora, um consórcio entre SENAR/EMATER e a Prefeitura de Cachoeira da Prata/MG. Pôde-se, com isso, promover cursos de Bordados em Pedrarias, Produção artesanal

de alimentos, Produção de alimentos com derivados do leite e Produção de alimentos defumados. Em cada curso ofertado havia 20 vagas, todos os cursos tiveram 20 participantes, ficando as mulheres livres para escolher o de sua preferência.

O objetivo foi, sobretudo, atender a principal demanda das mães: o “desemprego” e a “desocupação”, ainda que de forma assistencial, já que era um dos instrumentos políticos e sociais e assistenciais também disponíveis para a mudança social. Essa demanda acabava ocasionando a dependência financeira das mulheres ao companheiro e/ou restringia sua fonte de renda a Bolsa Família. Teve-se o intuito de proporcionar aprendizagem de produção de mercadorias não somente como possibilidade de criação de renda para as famílias, mas de possibilitar às mulheres um afazer que as proporcionasse outras oportunidades de atuações, para além da maternagem e o cuidado com o lar, inspirando o empoderamento e a autorreflexão das possíveis formas de existir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi o de apresentar os principais conflitos vivenciados pelas mulheres beneficiadas pelo PBF. Analisou-se como suas formas de trabalhos influenciam em sua autonomia e também na qualidade das relações familiares e sociais. Partiu-se do pressuposto que mulheres em condição de vulnerabilidade lidam em seu cotidiano familiar com dificuldades financeiras, discriminação social e negligenciam sua autonomia em prol da constituição familiar. A condição de vulnerabilidade na qual a mulher se encontra também influencia negativamente suas relações familiares e sociais, resultando em um ambiente familiar instável. Para que o estudo não se limitasse à teoria, buscou-se, junto às mulheres, compreender através de suas experiências quais seriam seus principais conflitos psicossociais.

Tendo em vista os aspectos observados, a autonomia feminina segundo Santos e Bomfim (2010) propõe a conscientização, o desenvolvimento e construção de sua liberdade para si perante suas limitações e dominações. E assim, nota-se que as mulheres do estudo demonstram buscar suas emancipações, porém este processo é algo que requer uma construção diária tendo em vista suas limitações sociais e pessoais.

Este estudo possibilitou o aprendizado através do compartilhamento de experiências das mulheres participantes. Compreende-se que a feminilidade, segundo Villela (2013), é a construção que a mulher realiza diariamente sobre si imersa em saberes sociais

compartilhados, tendo a maternidade como principal eixo da feminilidade. Essa construção que além de ser diária e pautada na maternidade, é também pensada e vista em um olhar social imposto, ao qual têm que corresponder às expectativas sobrepostas a elas. Muitas não têm uma visão prática de como mudar esta condição que para elas é imposta.

Foram levantadas questões relacionadas sobre a dificuldade em exercer a maternidade, e como ela gera expectativas sociais sobre sua atuação. Essa atuação abrange o cuidado direcionado para seus familiares e o esquecimento de si, e também o desemprego no contexto familiar. Destaca-se em todos os pontos aqui abordados o modo como a mulher se coloca mediante estas questões. É importante refletir sobre uma possível submissão que a maternidade e a maternagem leva as mulheres a cumprir, e como a dominação masculina influencia sobre suas condutas relacionadas à sua família. A maternagem leva a mulher a direcionar seu cuidado aos filhos gerando cansaço e exaustão (CAIXETA; BARBATO, 2004). E a dominação ocorre quando a mulher é colocada como aquela que está para o privado (cuidado com o lar, crianças e marido) e o homem para o público (trabalho externo, vínculos externos) (BOURDIEU, 2005).

O estudo possibilitou a compreensão também sobre o meio social no qual a mulher está incluída. Por estarem e vivenciarem a vulnerabilidade em várias áreas de sua vida, percebe-se o quanto é alienante o processo da dominação masculina e como a influência das gerações passadas afetam suas atuações em sua vida pessoal e familiar. Pode-se pensar sobre a dependência que estes comportamentos de submissão ocasionam em suas condutas.

Vale ressaltar também a visão da Psicologia sobre as práticas assistencialistas, que discorre em várias vertentes argumentos de defesa e críticas à estas práticas. Pontua-se que a Psicologia Social e Comunitária, ciências que estudam as práticas dessa área, discutem sobre o papel das Políticas Públicas ampliando meios para que estas práticas desenvolvam em seu público modos de empoderamento para que saiam de situações de riscos, tanto físico, psicológico, social ou financeiro (RAMMINGER, 2001). Dessa forma, o assistencialismo não deve ser uma única fonte de ação, deve-se ter em conjunto uma série de práticas que corroborem com a mudança e transformação social.

Percorrendo o caminho metodológico utilizado para realizar a pesquisa, pode-se considerar que o estudo compreende uma pequena amostra do universo em que elas estão inseridas, é preciso apontar também sendo o município de Cachoeira da Prata-MG uma cidade do interior, sua cultura e seus modos são peculiares às pessoas que ali vivem. Não tem a pretensão de findar a discussão sobre a mulher e sua autonomia, mas fomentar a produção científica sobre a temática. É necessário, para melhor compreensão e dimensão das questões

de gênero, de vivências em situações de vulnerabilidade a ampliação da pesquisa. A mesma pode ser reaplicada em um público maior e em uma cidade central, para que assim, se consiga pensar o que é compartilhado e o que é diferenciado ou desigual entre estas mulheres. Nesta comparação pode-se perceber como a cultura interfere em sua autonomia, e como os conflitos psicossociais que incidem em mulheres do interior se aproximam das mulheres que vivem em regiões centrais do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Bruna Aline Ross. **O lugar do sofrimento psíquico na sociedade contemporânea: feminilidade e sintomas depressivos**. 2015. 43 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – UNIJUÍ. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009, 229 p.
- BEVILAQUA, Maria Heloisa de Oliveira. A práxis do psicólogo no âmbito comunitário. Um saber fazer crítico-transformador ou assistencialista paternalista. **Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**, 2008. Disponível em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/143.%20a%20pr%C1xis%20do%20psic%D3logo%20no%20%C2mbito%20comunit%C1rio.pdf>. Acesso em 10 nov. 2016.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Santa Catarina, v.2, n.1, 2005, p.68 – 80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/1697>>. Acesso em 20 set. 2016.
- BUSANELLO, Josefina; FILHO, Wilson Danilo Lunardi; KERBER, Nalú Pereira da Costa; SANTOS, Silvana Sidney Costa; LUNARDI, Valéria Lerch; POHLMANN, Flávia Conceição. Grupo Focal como técnica de coleta de dados. **Cogitare Enfermagem**, Uruguaiana: Rio Grande do Sul, v.18, v.2, 2013, p.358-364. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/32586/20702>>. Acesso em 15 out.2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 4. ed .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 160 p.
- CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina - um conceito complexo. Universidade de Brasília. **Paidéia**, v. 14, n. 28, 2004, p. 211-220. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/10.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CARDOSO, Ruth. “É de pequenino que se torce o pepino”: consanguinidade e educação em famílias faveladas. **Obra reunida**. São Paulo: Unesp, 2009, p.133-137. Disponível em <<https://issuu.com/mayumiokuyama/docs/ruthcardoso>>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

CARSON, Alejandro Cervantes. Entrelaçando Consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. **Cadernos Pagu**, São Paulo: Campinas, v. 4, n. 11, 1995, p.187-218. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjcvLHW7cjMAhUDiZAKHfSBAU0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.unicamp.br%2Fdocument%2F%3Fdown%3D50924&usg=AFQjCNFh-ys55GrVwjBFWGeRQaqrtqalug&bvm=bv.121421273,d.Y2I>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente Familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Ribeirão Preto: São Paulo, v.15. n.1, 2002, p. 35-44. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a05v15n1.pdf>>. Acesso em: 15 de out.2016.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, 153 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 176 p.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v.18, n.1, 2014, p. 55-62. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a06.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Bolsa Família 2003-2010 avanços e desafios**. Brasília: Ipea, v.1, 2010, 344p.

ITABORAI, Nathalie Reis. **O gênero da política social no Brasil: o Programa Bolsa Família e o debate sobre o empoderamento feminino nas classes baixas**. Actacientífica, 2015, p. 1-15. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_ItaboraiN.pdf>. Acesso em 15 mar. 2016.

LELIS, Cristina Teixeira *et al.* Influência do trabalho feminino na vida de mulheres residentes em comunidades populares urbanas de Viçosa-MG. In: **V Seminário Sociedade Inclusiva Diversidade e Sustentabilidade: Do local ao Global**. 2008. Disponível em <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/trabalho/comu/INFLUENCIA%20DO%20TRABALHO%20FEMININO%20NA%20VIDA%20DE%20MULHERES%20RESIDENTES%20EM%20COMUNIDADES%20POPULARES%20URBANAS%20DE%20VICOSA%20MG.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

LOURO, G. **Currículo, gênero e sexualidade**. (Coleção Currículo, políticas e práticas). Lisboa: Porto, 2000.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e Combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n.3, 2009, p.901-908. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a18>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília: Distrito Federal, 2015. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 02 nov.2016

MEDEIROS, Katruccy Tenório *et al.* Representações Sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. **Psicologia em Estudo**, Maringá: Paraná, v.18, n.2, 2013, p.269-279. Disponível em <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43744899/287128992008.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1479672051&Signature=oafgmFXUwTOoNo332uCuMLCSuig%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DRepresentacoes_sociais_do_uso_e_abuso_de.pdf>. Acesso em 02 nov.2016.

MEYER, Dagmar Estemann *et al.* Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 33, 2014, p.885-904. Disponível em:<<https://www.researchgate.net/publication/281285439.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 80 p.

NUNES, Cristina; LEMOS, Ida; NUNES, Lara Ayala; COSTA, Diana. Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. **Psicologia, Saúde e Doenças**. Lisboa, v. 14, n. 2, 2013, p.313-320. Disponível em:<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v14n2/v14n2a08.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2016.

PELEGRINI, Mauricio A. Foucault, feminismo e revolução. **Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas**, setembro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342407030_ARQUIVO_MauricioPelegrini-Anpuh2012.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

PINTO, Rosa Maria Ferreira; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Machevínicius; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela, Vasconcelos; SILVA, Magda Lucia Novaes; BARREIRA, Tânia Maria Horneaux de Mendonça; MAKHOUL, Aparecida Favorêto; COHN, Amélia. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv.Soc. Soc.**, São Paulo, n.105, 2011, p.167-179. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/10.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 276 p.

PUGLISI, Maria Laura; FRANCO, Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003, 72p.

RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire. Simone de Beauvoir e o movimento feminista: contribuições à Educação. GT6 – Questões de Gênero na Educação Científica. **Anais do III Simpósio Gênero e políticas Públicas**, Londrina: Paraná, 2014. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT6_Tamires%20Almeida%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 02 nov.2016.

RAMMINGER, Tatiana. Psicologia Comunitária x assistencialismo: Possibilidades e limites. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.21, n.1, 2001, mar.2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005>. Acesso em 29 dez. 2016.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 249 p.

SANTANA, Anabela Mauricio de. Mulher mantenedora/homem da família: uma questão de gênero e poder. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana: Genpiadde, ano 4, vol. 8, jul-dez de 2010. Disponível em <<http://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1781/1570>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Ana Célia de Sousa; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. Pedagogia feminista na construção de uma “alternativa de gênero”. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos . **Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Santa Catarina, agos. 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278186641_ARQUIVO_Artigo-FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 29 de nov.2016

SANTOS, Luciana Carla dos; MARTURANO, Edna Maria. Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, v.12, n.002, 1999, p.377-394. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200009>. Acesso em: 15 de out.2016.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, v.1, n.3., set.-dez. 2013. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/75/73>>. Acesso em 29 nov.2016

SCORSOLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Construir, organizar, transformar: considerações teóricas sobre a transmissão psíquica entre gerações. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.28, n.1, 2016, p.141-159. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000100008>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados. **São Paulo em Perspectiva**.v.20.n.1.p.5-17. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n1.pdf>>. Acesso em: 10 de jun.2016.

SHIMODA, Letícia Yumi. **Corpo, sexo e gênero: Alguns contributos das teorias antropológicas clássicas às contemporâneas**. Laboratório Didático – USP ensina Sociologia. São Paulo, Junho, 2013, p. 1-12. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Texto_2.pdf>. Acesso em: 25: mai.2016.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. “Filho não me mete medo”: representações e vivências da maternidade nas camadas populares. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2015. Maringá: Paraná. **Anais eletrônicos História e relações de gênero: reflexões em pauta**. Maringá: Paraná: UEM, 2015. Simpósio Disponível em <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1175.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2016.

SOUZA, Heloisa Regina. “Tornar-se mãe”: Maternidades contemporâneas no País Basco Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, 2015, p. 342-349. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74241122013>>. Acesso em 02 de nov. 2016.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed.. São Paulo: Cortez, 2000, 136 p.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.19, n.03, 2009. P.777-796. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2016.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 15-30

VILLELA, Wilza Vieira. **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Resenhas Book Review, Rio de Janeiro: EdUERJ; 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.org/pdf/csc/v21n2/1413-8123-csc-21-02-0647.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2016.

Anexo a

Categorias	Temas dos Discursos analisados	Discursos das participantes	Fundamentação teórica
Rendimento escolar e educação cotidiana dos filhos: dificuldades enfrentadas	Responsabilização direcionada à mulher quanto à educação e cuidado aos filhos.	“Sou eu que tenho que cuidar de tudo em casa e dos meninos, meu marido acha que casa e filho é para mulher” D.W.P.N.(31)	- Bourdieu.
	Comportamento e rendimento escolar das crianças que são influenciadas por variáveis (vulnerabilidade social, briga entre os pais etc.) no contexto familiar.	“Mais ou menos, eles não apresentam media nas notas, apresentam muita dificuldade nas matérias: português e matemática. As vezes sou chamada na escola, por preguiça e atitudes errados do meu menino de 9 anos. Mas os meninos tem dias que a situação fica apertada aqui em casa, e falta as coisas”. S.M.C.F. (35)	- Santos e Marturano.
	Negligência paterna na educação dos filhos.	“Meu marido não se preocupa com a educação dos meninos, como ele trabalha fora ele não liga para saber nem como eles estão” A.F.D. (41) “Os meus dois filhos mais velhos são de outro pai, e ele sabe que os meninos estão me dando trabalho e fingi que nem sabe, não preocupa em mim ajudar a criar eles”. M.E.S. (38)	- Santos e Marturano; - Ferreira e Marturano.
	Dificuldade das mães na educação dos filhos	“Hoje em dia ta muito difícil de educar os filhos, mais se dê alguma coisa errada a ruim é a gente” D.W.P.N. (31) “Ser mãe tá difícil, os meninos não obedecem e a gente que ganha nome de ruim” E.A. (38)	- Silva.
Dedicação e cuidado direcionados aos familiares doentes	A maternagem nos acometimentos patológicos na família, e o adoecimento de quem cuida.	“Tenho hipertensão, sou muita agitada sabe, mas os remédios são do SUS. J. L. (7 a.) faz tratamento com pneumologista, ele tem Bronquite asmática, os remédios dele ficam às vezes em R\$210,00 por causa da bombinha que tem que usar”. D.W.P.M. (31) “De tanto desgosto, hoje tenho pressão alta. Faço uso de medicamento regular. I.S. (46)	- Rocha-Coutinho; - Cardoso.
	O cuidado com o outro, sobreposto ao cuidado pessoal.	“Sabe eu tenho vários problemas de saúde, mas meu marido teve dois acidente de moto e ele ficou um pouco perturbado, sabe, aí agora não tenho tempo nem de pensar em mim” L.F.M.F. (43). “Eu tenho lúpus, mas não faço nenhum tratamento, tenho que cuidar é dos meus filhos que estão pequenos” R.A.S. (26). “Sei que tenho que me cuidar, mas não dá, fico cansada disso tudo” C.A.S.V. (32)	- Rocha-Coutinho; - Souza.
	Autonomia das mulheres.	“Querida alguma coisa pra ganhar dinheiro em casa, e poder ter meu dinheirinho, é ruim pedir o marido tudo” R.A.S. (26)	- Santana.

Mulher, trabalho e família: Da divisão dos papéis aos conflitos psicossociais		<i>“Passamos dificuldades financeira, meu marido tá desempregado, e eu não sei produzir nada que dá dinheiro” L.F.M.R. (43)</i>	
	Relação de poder da divisão do trabalho entre mulher e homem.	<i>“Trabalho fora e cuidado da casa e dos meninos” C.A.S.V. (32)</i>	Santana; - Lelis.
	Subordinação da mulher	<i>“Meu marido é muito para frente ele, e todo dia ele tem que ter, e uma mulher na minha idade já está cansada disso” A.J.S. (66)</i> <i>“Tudo que vou fazer, principalmente fora de casa tenho que pedir permissão para ele” F.R.R (45)</i>	- Carson.

Quadro 1 – Categorias, Temas, Discursos das participantes e Fundamentação teórica dos resultados da pesquisa

Apêndice a**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título da Pesquisa: As vulnerabilidades vivenciadas pelas mães/responsáveis que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de Cachoeira da Prata/MG

Pesquisadores responsáveis: 1) Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva. Tel.: (31) 9624-8194. E-mail: sarangelicapsi@gmail.com e 2) Bárbara Gonçalves Mendes. Tel. (31) 99134-7776. E-mail: baarbaragm@gmail.com

Pesquisador auxiliar: Fernanda de Souza Martins Tel.: (31) 98409-8400. E-mail: sm-nanda@hotmail.com

Instituição responsável: Departamento de Psicologia/Faculdade Ciências da Vida

Contatos: a) Fernanda de Souza Martins, Departamento de Psicologia/FCV, Av. Prof. Alberto Moura, 12632 - Indústrias, Sete Lagoas - MG, CEP: 35702-383. Tel.: (31) 3776-5150 e (31)98409-8400. b) Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva - Av. Prof. Alberto Moura, 12632 - Indústrias, Sete Lagoas - MG, CEP: 35702-383. Tel.: (31) 3776-5150. c) Bárbara Gonçalves Mendes – Av. Prof. Alberto Moura, 12632- Indústrias, Sete Lagoas – MG, CEp: 35702-383. Tel: 99134-7776

Prezada senhora/ senhorita,

Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de Bacharelado em Psicologia e tem como objetivo principal de compreender as questões que circundam o contexto familiar das mães beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. De forma mais específica, pretende-se, junto as mães/ responsáveis beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, identificar e analisar as representações sociais da vulnerabilidade, e sua relação com as questões problemáticas que vivenciam no contexto familiar. Tais informações podem ser úteis para subsidiar futuros projetos de pesquisa e de intervenção relacionados à vulnerabilidade das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Gostaríamos de convidá-lo a participar dessa pesquisa através da realização da Pesquisa-ação e do Grupo de Convivência: Vivenciar para bem cuidar, realizado pelo CRAS- Centro de Referência de Assistência Social. O tempo médio de duração da participação na Pesquisa- Ação tem sido de 40 minutos, e no Grupo de Convivência, serão quatro encontros de 2 horas cada. Este procedimento não lhe oferece riscos físicos ou psicológicos. Está garantido o seu anonimato. Está-lhe garantida também a liberdade sem restrições de se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que disso resultem quaisquer tipos de consequências. Os dados obtidos com essa entrevista serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e elaboração de projetos de intervenção psicossocial vinculados ao Departamento de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida. Todos os produtos gerados por essa pesquisa (questionários impressos e gravações de áudio) ficarão armazenados, sob inteira responsabilidade do professor responsável por essa pesquisa (Prof. M^o Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva e Profa. Msc. Bárbara Gonçalves Mendes)). Informamos também que a sua participação, caso concorde com ela, tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de ressarcimento ou remuneração.

Eu, _____ (nome do participante), RG - _____, Órgão Emissor _____, declaro ter COMPREENDIDO as informações prestadas neste Termo, DECIDO conceder a entrevista solicitada e AUTORIZO sua utilização no Projeto de Pesquisa intitulado “As vulnerabilidades vivenciadas pelas mães/responsáveis que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família”.

Estando de acordo, assinam o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Participante	Pesquisador Auxiliar
Pesquisador Responsável	
Cachoeira da Prata/MG, ____ de _____ de 2016.	

Apêndice b

Perguntas norteadoras

Nome:
Idade:
<i>1. Quantas pessoas residem com você? Quantos adultos e quantas crianças?</i>
<i>2. (Se houver crianças no período escolar) Como as crianças estão se desenvolvendo na escola? Média das notas e comportamento escolar.</i>
<i>3. Há alguém com problemas de saúde? Qual?</i>
<i>4. No momento, qual é a maior dificuldade/ problema da família que te aflige? Como a família tem tentado solucioná-lo?</i>
<i>5. Sugira um tema que acredita ser interessante para desenvolvermos no grupo focal.</i>